

PADRÕES DE PRODUÇÃO E CONSUMO



2018

AGENDA 21 PARANÁ

Bases para o Plano Estadual de Desenvolvimento Sustentável

Fórum Permanente da Agenda 21 Paraná
Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos

2018

Maria Aparecida Borghetti
Governador do Estado do Paraná

Antonio Carlos Bonetti
Secretário de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos

Rosana Vicente Gnipper
Coordenação das Ações da Agenda 21 Paraná
Coordenadora Geral do Fórum Permanente da Agenda 21
Paraná

Valdir Donizete de Moraes
Coordenação Temática do Fórum
Coordenação Executiva do Fórum

Roberto Gava
Associação Comercial do Paraná – ACP

Maurício Barcellos Degelmann
Instituto GT3
Janaína de Fátima Chudzik
Instituto Histórico e Geográfico do Paraná – IHGPR

Adriano V. Wild
Mater Natura – Insituto de Estudos Ambientais

Ivo Sérgio Pereira Santos
Organização Ambiental Sócio Agro Arte Cultural Brinque e Limpe

Maria Inês Terbeck
Secretaria de Desenvolvimento Urbano – SEDU

Tamara Simone Van Kaick
Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR

Valdir Donizete de Moraes
Associação Ambientalista Ecoforça

Rosana Vicente Gnipper
Coordenação Fórum Ag21 – SEMA

Ana Gabriela Ramos da Silva
Design e Diagramação

BASES PARA O PLANO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL



Cada Tema Norteador foi subdividido em Eixos Temáticos, visando trabalhar cada questão de forma mais apropriada, sendo detalhado e estruturado em um roteiro para facilitar o entendimento: *Premissas, Situação Atual, Desafio e Obstáculos*.

A apresentação nesse formato busca destacar cada aspecto dos Temas Norteadores e seus diversos eixos, de forma objetiva, direta e de fácil entendimento.

No âmbito das *Premissas* apresentadas o documento define o alcance pretendido para cada um dos cinquenta e um Eixos Temáticos em que a Agenda 21 foi dividida, ou seja, aponta o panorama desejado, numa situação de pleno desenvolvimento sustentável.

Quanto à *Situação Atual* o documento tece um diagnóstico da atualidade de forma genérica e sucinta. Este aspecto generalista, entretanto, não deixa de apontar as responsabilidades intrínsecas dos diversos atores envolvidos.

Em relação aos *Desafios* é apresentado, de forma bem objetiva, o que deve ser feito para superar os entraves ao desenvolvimento sustentável.

Por sua vez, na dimensão *Obstáculos* são identificados empecilhos e resistências às mudanças necessárias para a construção de uma sociedade sustentável.

Por fim, estão colocadas as *Propostas*, algumas de forma mais genéricas e outras mais específicas, nas quais são apresentados os principais pontos a serem construídos, modificados ou alterados neste século, no estado do Paraná. Elas são apresentadas sempre no infinitivo, demonstrando a importância em construir uma agenda positiva a ser seguida de maneira efetiva e permanente por toda a sociedade paranaense.

O Glossário reforça o entendimento dos termos citados neste documento a partir do ponto de vista dos membros do Fórum, após pesquisas em diversas fontes.

Importante destacar, finalmente, a relevância do conjunto das propostas, que não se atém apenas nas questões físicas, mas avança em aspectos como a Governança e o Empoderamento da população, em especial por meio das sociedades organizadas, particularmente do terceiro setor, os diferentes fóruns, os conselhos e comitês organizados. Todas estas instâncias e seus atores são importantes instrumentos à formação de uma parceria, junto ao poder público e setor empresarial, para o controle, fiscalização e construção de uma agenda de procedimentos capaz de construir, de fato, a Agenda do Século 21 que levará os paranaenses a uma situação certamente melhor do que aquela hoje encontrada no Paraná.

PADRÕES DE PRODUÇÃO E CONSUMO

Eixos Temáticos:

Consumo Consciente
Agricultura
Geração de Resíduos
Desafios Setoriais da Produção
Publicidade e Propaganda

Premissas:

Toda atividade econômica deve estar voltada para erradicar as desigualdades sociais, promover a qualidade de vida de todos os seres, garantir a continuidade da existência, preservando e recuperando o meio ambiente.

Situação Atual:

os atuais processos de produção e consumo geram progresso a um custo muito alto, agravam os problemas sociais, urbanos e ambientais.

Desafio:

todas as atividades econômicas, da produção ao consumo, devem ser direcionadas para promover o desenvolvimento sustentável.

Obstáculo:

resistência por parte de alguns setores da sociedade. Ausência de uma atitude consciente com relação ao consumo e desconhecimento do que de fato representa o desenvolvimento sustentável.

3.1. Consumo Consciente

Premissas – Priorizar o consumo de produtos e serviços sustentáveis e de empresas igualmente sustentáveis de acordo com os parâmetros da Agenda 21.

Situação Atual – As pessoas são induzidas ao consumo desenfreado, irresponsável e inconsequente. Não verificam a origem dos produtos, sua composição, seu processo de produção, a destinação final, nem a atuação da empresa.

Desafio - identificar e divulgar empresas e produtos que promovam o desenvolvimento sustentável. Divulgar a cadeia produtiva de cada produto para que as pessoas tenham ciência do que estão adquirindo.

Obstáculo - manipulação de dados e informações. Desejo consumista.

Propostas:

3.1.1. Utilizar os recursos não renováveis de forma racional buscando sempre a alternativa de substituí-los antes de sua escassez.

3.1.2. Mudar nosso padrão de produção e consumo buscando alternativas que reduzam as pressões ambientais e atendam as necessidades básicas de todos os seres. Aumentando a punição com leis mais severas.

3.1.4. Incentivar os indivíduos a se conscientizarem a respeito da importância de tornarem-se consumidores responsáveis, agentes que são da transformação do modelo econômico em vigor, já que tem em suas mãos o poder de exigir um padrão de desenvolvimento socialmente justo, ambientalmente equilibrado e pautado na ética biocêntrica.

3.1.4. Criar e aplicar uma ferramenta de avaliação do desempenho do setor produtivo, relacionados aos princípios da Agenda 21, com resultados amplamente divulgados.

3.1.5. Criar produtos sustentáveis com qualidade semelhante ou superior aos “tradicionais”, tornando assim este novo produto um objeto de desejo, tanto quanto os desenvolvidos em massa sem considerar os critérios de sustentabilidade.

3.1.6. Divulgar a realidade da produção e consumo na sociedade para que cada cidadão tome suas próprias decisões, pautado em informações relevantes.

3.1.7. Estabelecer, em âmbito estadual, mecanismos para a redução gradativa, até a erradicação, do processo produtivo e do consumo de cigarros, substituindo a fumicultura por atividades ligadas à agroecologia.

3.1.8. Criar mecanismos de incentivo a redução da produção e

consumo dos produtos de origem animal em benefício da saúde e da preservação ambiental, visando o desenvolvimento sustentável, o respeito e valorização à vida.

3.1.9. Refutar toda tentativa de indução ao consumo de produtos desnecessários, descartáveis, supérfluos, insustentáveis.

3.1.10. Incentivar as práticas sustentáveis locais.

3.1.11. Criar meios para que os produtos confeccionados a partir de material reciclado sejam mais acessíveis.

3.1.12. Incentivar, em grande escala, a locação ou mesmo a troca de produtos e equipamentos a fim de desestimular novas aquisições.

3.1.13. Incentivar a indústria a repensar sua produção, gerando produtos duráveis, de fácil manutenção, reparos e consertos, bem como reposição de peças.

3.1.14. Aprovar leis que exijam que as empresas informem em suas embalagens, sites e outros meios, sobre a cadeia produtiva, ciclo de vida de seus produtos, da origem ao descarte, da vida útil, incluindo informações a respeito da presença de substância cancerígena e/ou tóxicas e de ter sido ou não usado animais no processo produtivo.

3.1.15. Trabalhar para a diminuição da pegada ecológica por meio do estímulo ao consumo consciente.

3.1.16. Atribuir à empresa fabricante, fornecedores e comerciantes a responsabilidade de informar, por meio da mídia de massa, sobre a logística reversa do produto.

3.1.17. Identificar e dar publicidade de produtos com potencial nocivo ou prejudicial.

3.1.18. Parque industrial deve ser construído preservando rios, nascentes, a qualidade da água e do ambiente no seu entorno.

3.1.19. Estimular que empresas ampliem largamente o prazo de garantia de seus produtos, de forma a combater a obsolescência programada.

3.1.20. Impor restrições até a proibição total da produção e co-

mercualização de itens comprovadamente nocivos à saúde, à vida e ao meio ambiente.

3.1.21. Criar uma ferramenta de pesquisa via internet, de fácil manuseio, pela qual os consumidores possam fazer comparativos de preços entre os diferentes estabelecimentos comerciais, como de alimentos, medicamentos, combustíveis, materiais escolares, livros, produtos eletrônicos, entre outros.

3.2. Agricultura

Premissas – Assumir a Agroecologia e a Agrofloresta como política de Estado, fomentando, subsidiando e incentivando a produção agroecológica.

Situação Atual – Predomínio de latifúndios, produção de commodities principalmente para o mercado externo, uso intensivo de agrotóxicos e cultivo de transgênicos. A produção de alimentos está mais concentrada na pequena agricultura familiar que em sua maioria ainda não aderiu a agroecologia. Agroecologia incipiente e com pouco estímulo.

Desafios - Incrementar a cadeia produtiva da agroecologia. Desestimular a atividade agrícola baseada no uso de agrotóxicos e práticas predatórias. Investir em pesquisa.

Obstáculo - sistema produtivo viciado. Atuação das corporações ligadas ao agronegócio. Resistência dos produtores rurais. Desconhecimento do consumidor.

Propostas:

3.2.1. Incentivar o consumo de alimentos orgânicos junto à população, por meio de campanhas publicitárias e ampliação de feiras livres.

3.2.2. Criar incentivos que viabilizem a produção desses alimentos, resultando num menor custo tanto para o agricultor, quanto ao consumidor final.

3.2.3. Fortalecer a agricultura urbana de base agroecológica.

3.2.4. Fortalecer a alimentação escolar com base na produção agroecológica local.

3.2.5. Fomentar como prática escolar transdisciplinar a implantação de quintais agroecológicos, produzindo plantas medicinais, hortaliças e ornamentais.

3.2.6. Divulgar informações referentes a nutrição através de uma dieta livre de produtos animais, mostrando seus benefícios e desmistificando possíveis problemas nesse fato.

3.2.7. Criar políticas públicas para reconhecimento e estímulo da agrobiodiversidade bem como proteção dos direitos dos agricultores na soberania da produção de sementes.

3.2.8. Criar sobretaxas e tributos sobre produtos que utilizem agrotóxicos, e também sobre produtos de origem animal, por causarem um grande impacto sobre o meio ambiente e serem desnecessários (até problemáticos) à saúde humana.

3.2.9. Melhorar o sistema agrícola praticado no Estado privilegiando a recuperação do solo e da mata ciliar.

3.2.10. Facilitar o financiamento ao pequeno produtor com juros e prazos diferenciados, seguro sobre o total da produção estimada, subsídios para produtos estratégicos e para moradia rural com luz, água e esgoto.

3.2.11. Fortalecer as políticas públicas comprometidas com o desenvolvimento das pequenas propriedades rurais garantindo uma renda mínima, assistência técnica pública e gratuita ao pequeno produtor.

3.2.12. Incentivar a agricultura orgânica e facilitar a certificação, com linhas de crédito para a agricultura em fase de conversão.

3.2.13. Viabilizar incentivos fiscais para produtores rurais

que possuam práticas de manejo adequado e sustentável do uso do solo.

3.2.14. Taxar os produtos importados que venham a concorrer com produtos similares produzidos pela agricultura familiar e suprimir o uso dos produtos transgênicos até que se tenham informações científicas claras e precisas sobre todos os aspectos ambientais e de saúde, que envolvem esses insumos.

3.2.15. Elevar a qualidade dos produtos nacionais e estimular a oferta interna.

3.2.16. Capacitar o agricultor para gerenciar sua propriedade, desenvolver pesquisa junto aos agricultores, transformando-os em multiplicadores da produção agroecológica.

3.2.17. Estimular o associativismo e outras formas de organização solidária, visando que os agricultores sejam inseridos em políticas públicas e viabilizem empreendimentos que promovam geração de renda.

3.2.18. Investir em pesquisa e tecnologia voltada à agricultura sustentável.

3.2.19. Fomentar a extensão rural, orientando o produtor a adotar novas e efetivas práticas que garantam a sustentabilidade no manejo da terra.

3.2.20. Estabelecer política de comercialização de produtos diferenciados a fim de viabilizar a diversificação e reconversão das propriedades.

3.2.21. Reestruturar e fomentar a pesquisa e os serviços de extensão rural.

3.2.22. Estimular e fortalecer programas de apoio à pesquisa agrícola visando a melhoria de produtividade e redução do uso de agrotóxicos, juntamente com um controle biológico de pragas.

3.2.23. Fixar no orçamento do estado e dos municípios um percentual do valor bruto do agronegócio destinado à implementação de uma agricultura sustentável.

3.2.24. Estabelecer aumentos percentuais nos recursos das secretarias de agricultura (estado e municípios) destinados à agroecologia até chegar a 100%.

3.2.25. Incentivar as agroindústrias através do associativismo/cooperativismo, com a participação do produtor, adequando a legislação conforme particularidades por produto, respeitando a vocação agrícola regional.

3.2.26. Redefinir a política agrícola com base na definição dos conselhos de desenvolvimento rural garantindo:

- a) Facilidade de acesso ao crédito;
- b) Redimensionamento para pequenos e grandes proprietários;
- c) Planejamento (armazenagem e escoamento);
- d) Garantia de preço mínimo na produção;
- e) Seguro agrícola (independente de financiamentos);
- f) Fortalecimento da assistência técnica e extensão rural.

3.2.27. Criar fundos de aval para a agricultura.

- a) Definir em legislação específica as responsabilidades dos arrendatários e proprietários em relação aos contratos de arrendamento com vistas a uma agricultura sustentável.
- b) Apoiar a legalização das propriedades em situação irregular.
- c) Estimular formas de organização social como o associativismo, promovendo a agregação de valor e comercialização de bens.
- d) Proibir o uso dos agrotóxicos iniciando com os produtos não liberados em outros países.
- e) Incentivar a utilização do controle natural de pragas e doenças;
- f) Responsabilizar instituições financeiras por danos am-

bientais causados por empresas rurais que tenham sido financiadas por elas.

g) Melhorar e ampliar os estoques reguladores de produtos por parte do governo federal e estadual.

3.2.28. Executar políticas públicas de incentivo à permacultura.

3.3. Geração de Resíduos

Premissas – Colocar em prática hábitos de consumo sustentável com incentivo à reutilização e reciclagem dos resíduos sólidos, a compostagem, bem como a destinação ambientalmente adequada dos rejeitos.

Instituir a responsabilidade compartilhada dos geradores de resíduos: fabricantes, importadores, distribuidores, comerciantes, o cidadão e titulares de serviços de manejo dos resíduos sólidos urbanos na Logística Reversa.

Situação Atual – O sistema produtivo leva a uma geração excessiva de resíduos, sobrecarga de aterros sanitários e impede a descontinuação dos lixões. Os resíduos recicláveis, em sua maioria são descartados de forma incorreta. A logística reversa ainda é precária e de maneira geral mal compreendida em seu conceito. Apesar da ampliação do número de cooperativas e associações de materiais recicláveis com o apoio de políticas públicas, ainda há a exploração de catadores e catadoras que, em sua grande maioria, vivem em situação deplorável e de exclusão dos direitos sociais. O compromisso das empresas com a cadeia produtiva de seus produtos ainda é algo incipiente.

Desafios - reduzir a geração de resíduos. Aprimorar a legislação específica. Efetivar a logística reversa. Criar políticas de compostagem. Aprimorar os processos de reciclagem.

Obstáculos - falta de priorização pelos entes competentes. Recursos insuficientes. Desmotivação da sociedade.

Propostas:

3.3.1. Motivar todas as esferas da sociedade quanto ao uso e descarte correto dos resíduos sólidos, garantindo o manejo saudável para aqueles que trabalham com esse material.

3.3.2. Cumprimento da legislação que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) buscando sempre seu aprimoramento.

3.3.3. Efetivar a logística reversa pelas empresas.

3.3.4. Criar centrais de coleta para que o consumidor possa encaminhar os resíduos considerados perigosos, como os eletrônicos, medicamentos, tintas e solventes, lâmpadas, pilhas e baterias.

3.3.5. Criar sistemas de gerenciamento de resíduos sólidos domiciliares e em estabelecimentos públicos e privados, com prévia separação entre materiais recicláveis, compostáveis e rejeitos e posterior destinação adequada.

3.3.6. Promover a criação de cooperativas de materiais recicláveis em todos os municípios do Paraná, através de subsídios que permitam geração de renda justa e sustentável e condições dignas de trabalho.

3.3.7. Incentivar e fortalecer a criação de indústrias locais de reciclagem.

3.3.8. Incentivar a compra de produtos nacionais priorizando a produção local.

3.3.9. Desestimular a compra de produtos descartáveis.

3.3.10. Criar políticas de incentivo à compostagem, da doméstica à industrial.

3.3.11. Repensar o uso de embalagens de difícil degradação e plásticos em geral.

3.4. Desafios Setoriais da Produção

Premissas – produção estruturada com base nos critérios do desenvolvimento sustentável.

Situação Atual – os setores se organizam visando apenas aumentar a lucratividade do segmento.

Desafios - organizar a produção local e regional. Ampliar os incentivos à micro e pequenas empresas. Incentivar o associativismo e cooperativismo.

Obstáculos - monopólio de grandes empresas. Pequenas e médias empresas subordinadas aos interesses das grandes corporações. Controle das instituições públicas por interesses privados.

Propostas:

3.4.1. Determinar que as empresas, os órgãos ou as instituições que em suas atividades, produtos ou serviços, inclusive em relação à matéria-prima utilizada, causem algum tipo de dano ou prejuízo ambiental, econômico ou social, empreendam todos os esforços para substituir o processo, o produto ou o serviço, adotando soluções com vistas ao menor impacto negativo.

3.4.2. Incentivar e fomentar a economia solidária e a agricultura familiar, visando gerar renda, benefícios sociais e ambientais.

3.5. Publicidade e propaganda

Premissas – publicidade pautada na ética, responsabilidade, transparência e precaução.

Situação Atual – o ato de consumir é estimulado pelo mercado publicitário, que induz o consumo até mesmo de produtos potencialmente prejudiciais.

Desafios - estabelecer processos publicitários mais criteriosos, com maior rigor quanto a eventuais abusos.

Obstáculos - publicidade massiva. Empresas inescrupulosas. Submissão do poder público aos interesses desse tipo de empresa. Lógica publicitária pautada pelo interesse financeiro.

Propostas:

3.5.1. Aprimorar a legislação existente.

3.5.2. Maior divulgação de mecanismos de fiscalização, como o Conar – Conselho Nacional de Autorregulamentação Publicitária.

3.5.3. Responsabilizar criminalmente todos os envolvidos quando um processo publicitário se provar enganoso.

3.5.4. Criar Câmara Setorial nos Conselhos de Comunicação.

GLOSSÁRIO

Agricultura Familiar: É aquela na qual a gestão da propriedade é compartilhada pela família e a atividade produtiva agrícola é a principal fonte de renda, o agricultor familiar tem uma relação particular com a terra, seu local de trabalho e moradia. A diversidade produtiva também é uma característica marcante desse setor.

Agrobiodiversidade: O conceito de agrobiodiversidade reflete as dinâmicas e complexas relações entre as sociedades humanas, as plantas cultivadas e os ambientes em que convivem, repercutindo sobre as políticas de conservação dos ecossistemas cultivados, de promoção da segurança alimentar e nutricional das populações humanas, de inclusão social e de desenvolvimento local sustentável.

Agroecologia: É uma ciência que fornece os princípios ecológicos básicos para o estudo e tratamento de ecossistemas tanto produtivos quanto preservadores dos recursos naturais, e que sejam culturalmente sensíveis, socialmente justos e economicamente viáveis, proporcionando assim, um agroecossistema sustentável. A abordagem agroecológica da produção busca desenvolver agroecossistemas com uma dependência mínima de insumos agroquímicos e energéticos externos.

Agrofloresta: É um sistema de produção que imita o que a natureza faz normalmente, com o solo sempre coberto pela vegetação, muitos tipos de plantas juntas, umas ajudando as outras, sem problemas com “pragas” ou “doenças”, dispensando o uso de venenos. Nos Sistemas Agroflorestais, encontramos uma mistura de culturas anuais, árvores perenes e frutíferas e leguminosas, além de criação de animais e a própria família de agricultores, em uma mesma área.

Anel de Integração: Consiste em uma malha de rodovias divididas em lotes interligados, geralmente administrados pela iniciativa privada e mantidos com a cobrança da tarifa de pedágio interligando diversos municípios.

Antropocentrismo: É a linha de pensamento que coloca o ser humano como o “centro do universo”, ou seja, cabe a ele definir como e quando a natureza deve ser usada ou explorada.

Biocentrismo: É o conceito segundo o qual todas as espécies vivas têm o mesmo valor. É uma concepção, segundo a qual todas as formas de vida são igualmente importantes, não sendo a humanidade o centro da existência. As tendências antropocêntricas defendem a responsabilidade do ser humano para com a natureza, enquanto as biocêntricas, os deveres dele diante da natureza. Em outras palavras, a natureza é a titular de direitos.

Biodigestor: É o equipamento pelo qual se pode realizar a fermentação por meio de bactérias, que digerem matérias orgânicas em condições anaeróbicas (ausência de oxigênio) cujo objetivo é a obtenção de biogás e de biofertilizante.

Cadeia Produtiva: É um conjunto de etapas consecutivas, ao longo das quais os diversos insumos sofrem algum tipo de transformação, até a constituição de um produto final (bem ou serviço).

Capital Social: É o agregado dos recursos efetivos ou potenciais ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de conhecimento ou reconhecimento mútuo. Capital social implica a sociabilidade de um grupo humano, com os aspectos que permitem a colaboração e o seu uso. Os sociólogos sublinham que o capital social é formado pelas redes sociais, pela confiança mútua e pelas normas efetivas.

Ciclo de Vida: É uma série de etapas que envolvem o desenvolvimento do produto, a obtenção de matérias-primas e insumos, o processo produtivo, o consumo e a disposição final.

Commodities: São os produtos que em grande volume conquistaram o mercado internacional, tornando-se quase indispensáveis ao consumidor. Podem ser definidas como mercadorias que são produzidas em larga escala e comercializadas em bolsas de valores em nível mundial sendo que seus preços são definidos pelo mercado internacional. Geralmente, são produtos que podem ser estocados por um determinado período de tempo sem que haja perda de qualidade. As commodities também se caracterizam por não ter passado por processo industrial, ou seja, são geralmente matérias-primas. Podem ser: agrícolas, minerais, financeiras ou ambientais.

Compostagem: É a ação pela qual produtos usados ou inutilizados pelo ser humano (restos de alimentos, folhas, poda de árvores ou qualquer outro produto de fácil decomposição) são disponibilizados em local adequado ou em equipamentos apropriados, para transformarem-se em elementos enriquecedores do solo (adubo).

Controle Social: É uma forma de compartilhamento de poder de decisão entre Estado e sociedade sobre as políticas. Um instrumento e uma expressão da democracia e da cidadania. Trata-se da capacidade que a sociedade tem de intervir nas políticas públicas. Esta intervenção ocorre quando a sociedade interage com o Estado na definição de prioridades e na elaboração dos planos de ação do município, do estado ou do governo federal. O controle social pode ser realizado tanto no momento da definição das políticas a serem implementadas, quanto no momento da fiscalização, do acompanhamento e da avaliação das condições de gestão, execução das ações e aplicação dos recursos financeiros destinados à implementação de uma política pública.

Corpos Hídricos: É qualquer acumulação significativa de água, usualmente cobrindo a Terra ou outro planeta. O termo Corpo de Água geralmente refere-se a grandes acumulações de água tais como: mares, oceanos e lagos, mas é usado também para rios, lagoas, arroios, poças ou zonas úmidas.

Corredor Ecológico: É uma área que une os fragmentos florestais ou unidades de conservação separados por interferência humana, como por exemplo, estradas, agricultura, atividade madeireira. O objetivo do corredor ecológico é permitir o livre deslocamento de animais, a dispersão de sementes e o aumento da cobertura vegetal.

Desmaterialização: É a redução na quantidade de materiais necessários para atender as funções econômicas na sociedade. Em termos comuns, desmaterialização significa “fazer mais com menos”. Ex: digitalização de documento e informações ao invés de registrá-los em papel, popularização do uso da internet e das redes sociais, a educação à distância, compartilhar quase tudo,

de veículos a sobras de comida, compartilhamento de espaços de trabalho etc.

Economia Solidária: É um movimento social, que luta pela mudança da sociedade, por uma forma diferente de desenvolvimento, que não seja baseado nas grandes empresas nem nos latifúndios com seus proprietários e acionistas, mas sim um desenvolvimento para as pessoas e construída pela população a partir dos valores da solidariedade, da democracia, da cooperação, da preservação ambiental e dos direitos humanos.

Empoderamento: É a apropriação do poder de emitir opinião e tomar suas próprias decisões no pleno exercício da cidadania e, principalmente, a liberdade de decidir e controlar seu próprio destino, com responsabilidade e respeito ao outro. Neste contexto, está o conceito do empoderamento social, que se resume em fazer com que tudo seja mais democrático e que a população em geral tenha poder de opinião e decisão.

Especismo: É o ponto de vista de que uma espécie, no caso a humana, tem todo o direito de explorar, escravizar e matar as demais espécies por considerá-las inferiores. É a atribuição de valores ou direitos diferentes a seres dependendo da sua afiliação a determinada espécie. Atualmente é comparável a um ato de preconceito e discriminação.

Extensão rural: É um processo cooperativo, baseado em princípios educacionais, que tem por finalidade levar, diretamente, aos adultos e jovens do meio rural, ensinamentos sobre agricultura, pecuária e economia doméstica, visando modificar hábitos e atitudes da família, nos aspectos técnico, econômico e social, possibilitando-lhe maior produção e melhorar a produtividade, elevando-lhe a renda e melhorando seu nível de vida.

Extratativismo Natural: É a atividade de coleta de produtos naturais, sejam de origem vegetal, animal ou mineral para fins comerciais, industriais ou para subsistência.

Governança: É a referência a padrões de articulação e cooperação entre atores sociais e políticos e arranjos institucionais que coordenam e regulam transações dentro e através das fronteiras do sistema econômico”, incluindo-se aí “não apenas os mecanismos tradicionais de agregação e articulação de interesses, tais como os partidos políticos e grupos de pressão, como também redes sociais informais e associações de diversos tipos. A governança opera num plano que engloba a sociedade como um todo.

Incubadora Aceleradora: Consistem em projetos, empresas ou organizações públicas ou privadas que têm a função de criar e desenvolver novas pequenas empresas ou microempresas, auxiliando durante todas as etapas iniciais do processo, buscando apoiá-las de acordo com alguma diretiva governamental ou regional. São focadas em projetos, empresas ou organizações públicas ou privadas que tenham o potencial para crescerem muito rápido.

Incubadora Tecnológica: É um dos tipos de incubadora. Abrigam empreendimentos inovadores, frutos de projetos de pesquisa e desenvolvimento científico e tecnológico, buscando fornecer um ambiente propício ao desenvolvimento de projetos, empresas ou organizações públicas ou privadas.

Intermodalidade: É uma operação que se realiza pela utilização de mais de um modal de transporte (marítimo, rodoviário, aéreo, ferroviário e outros). Isto quer dizer transportar uma mercadoria do seu ponto de origem até a entrega no destino final por modalidades diferentes.

Logística Reversa: É o instrumento de desenvolvimento econômico e social caracterizado por um conjunto de ações, procedimentos e meios destinados a viabilizar a coleta e a restituição dos resíduos sólidos ao setor empresarial, para reaproveitamento, em seu ciclo ou em outros ciclos produtivos ou outra destinação final ambientalmente adequada.

Obsolescência Programada: É a redução artificial da durabilidade de produtos ou ciclo de vida de seus componentes. Tal estratégia, ilicitamente adotada por alguns fornecedores, visa estimular a aquisição de novos produtos em um curto período de tempo, alavancando, com isso, suas vendas e, conseqüentemente, seu lucro. A ideia é induzir o consumidor a comprar, descartar rapidamente e adquirir outra vez, repetidamente.

Pagamento por Serviços Ambientais - PSA: É a transferência de recursos (monetários ou outros) a quem ajuda a manter ou a produzir os serviços ambientais. Como os benefícios dos serviços ambientais são aproveitados por todos, o princípio é que nada mais justo que as pessoas que contribuem para a conservação e a manutenção dos serviços ambientais recebam incentivos.

Permacultura: É um sistema de planejamento para a criação de ambientes humanos sustentáveis e produtivos em equilíbrio e harmonia com a natureza. Propõe uma “cultura permanente”, ou seja uma cultura que visa a nossa permanência neste planeta em harmonia com a natureza. Possui três princípios éticos: cuidar da terra, cuidar das pessoas e compartilhar excedentes.

Práticas Integrativas e Complementares: São conhecidas popularmente como “ramos da medicina alternativa”. Tem o objetivo de garantir a prevenção de agravos, a promoção e a recuperação da saúde, com ênfase na atenção básica, além de propor o cuida-

do continuado, humanizado e integrado em saúde, contribuindo com a resolubilidade do sistema de saúde com qualidade, eficácia, eficiência, segurança e participação social no uso. Aumentam a quantidade de recursos que podem ser utilizadas pelos cidadãos. Além disso, colaboram para que a medicina se torne cada vez mais humanizada. No SUS - Sistema Único de Saúde, são elas: a Homeopatia, as Plantas Medicinais e Fitoterápicas, a Medicina Tradicional Chinesa/Acupuntura, a Medicina Antroposófica e o Termalismo Social-Crenoterapia, Arteterapia, Ayurveda, Biodança, Dança Circular, Meditação, Musicoterapia, Naturopatia, Osteopatia, Quiropraxia, Reflexoterapia, Reike, Shantala, Terapia Comunitária Integrativa e Yoga.

Reciclagem: É o processo de transformação dos resíduos sólidos que envolve a alteração de suas propriedades físicas, físico-químicas ou biológicas, com vistas à transformação em insumos ou novos produtos.

Resíduos Sólidos: É o material, substância, objeto ou bem descartado resultante de atividades humanas em sociedade.

Resiliência: É a capacidade de voltar ao seu estado natural, principalmente após alguma situação crítica e fora do comum. No contexto da ecologia, a resiliência é a aptidão de um determinado sistema que lhe permite recuperar o equilíbrio depois de ter sofrido uma perturbação. Este conceito remete para a capacidade de restauração de um sistema.

Royalties: É a taxa ou valor que é pago a uma entidade (pessoa física, pessoa jurídica ou país) pelo uso de um produto ou ideia, de sua criação.

Senciência: É a capacidade dos seres de sentir sensações e sentimentos de forma consciente. Em outras palavras: é a capacidade de ter percepções conscientes do que lhe acontece e do que o rodeia. As sensações como a dor ou a agonia, ou as emoções, como o medo ou a ansiedade, são estados subjetivos próximos do pensamento e estão presentes na maior parte das espécies animais.

Serviços Ecosistêmicos: São os bens e serviços que se obtém dos ecossistemas direta ou indiretamente. Um ecossistema é definido como um dinâmico e complexo relacionamento entre plantas, animais e comunidades de microrganismos e de elementos não vivos (solo, água, ar), todos interagindo em equilíbrio. A estrutura dos serviços ecosistêmicos combina setores econômicos, ecológicos e sociológicos e são divididos em quatro categorias: provisão, regulação, cultural e de suporte. A principal diferença entre serviços ambientais e serviços ecosistêmicos é que, no primeiro caso, os benefícios gerados estão associados a ações de manejo do homem nos sistemas naturais ou agroecossistemas; já os serviços ecosistêmicos refletem apenas os benefícios diretos e indiretos providos pelo funcionamento dos ecossistemas, sem a interferência humana.

Terceiro Setor: São organizações da sociedade civil brasileira, voltadas para causas públicas. É formado por associações e entidades sem fins lucrativos (ONGs e OSCIPS) tendo como objetivo principal melhorar qualidade de vida dos necessitados, sejam ele crianças, adultos, animais, meio ambiente, e etc., fazendo ações solidárias, possuindo papel fundamental na sociedade. É composto quase que, em sua totalidade, de mão-de-obra voluntária. As instituições do terceiro setor estão muitas vezes envolvidas com obras de filantropia. O terceiro setor é, em sua maioria, mantido com iniciativas privadas e até mesmo incentivos do Governo, com repasse de verbas públicas, porém não pode ser substituto da fun-

ção do Estado sendo apenas uma complementação e um auxílio na resolução de tantos problemas presentes na sociedade.

Vivisseção: É o ato de cortar um animal vivo. Com o tempo o termo foi abrangendo outras coisas e significa qualquer procedimento onde você pega um animal vivo, induza um determinado estímulo nele e obtém um outro em troca. Define-se como o ato ou a prática de fazer experiências em animais vivos. O termo vivisseção é usado para englobar as várias categorias científicas e procedimentos médicos feitos em animais, incluindo: testes de medicamentos e outros produtos químicos, pesquisa biomédica ou a criação e morte de animais, direcionadas para retirar e usar partes, tais como válvulas cardíacas ou órgãos.